

Acabou o encanto das ruas?

» MARISTELA BERNARDO
Jornalista e socióloga

No domingo passado, em Salvador, acompanhava minha irmã para uma consulta médica quando o táxi em que estávamos viu-se impedido de seguir o caminho natural para nosso destino ao se deparar com os cones de uma barreira policial. Todos os carros foram afunilados para um desvio que gerou de imediato um congestionamento e nos permitiu ver, ao longe, na avenida impedida, um aglomerado de pessoas, mais cones e alguns policiais. O motorista nem aventou a hipótese de acidente ou algo semelhante. Foi de primeira: "Deve ser manifestação". Concordamos. Mas não era, tratava-se apenas de um evento esportivo, uma corrida a propósito não sei de quê.

O motorista expressou a surpresa dos três: "Veja só, não era protesto!". E, pensando bem, tinha tudo para não ser. Domingo de manhã, nem 9h, por que manifestantes se juntariam numa avenida distante das ruas centrais, dos poderes constituídos, dos bancos, das concessionárias ou de outros fregueses de atos semelhantes?

Será que as manifestações foram absorvidas como rotina urbana? Não importa mais se fazem sentido; elas acontecem e pronto. É um risco: o de se transformarem em assunto restrito a manifestantes, polícia e jornalistas, sem conexão com os sentimentos dos demais, que abrem mão de concordar ou discordar. Apenas se acostumam. E tocam a vida, regredindo ao estado letárgico do qual haviam acordado em junho passado e até pensando que tudo poderia ser diferente.

Será que ainda pode? Levando-se em conta que isso passa pelas relações entre as pessoas e

a política, o momento implica reconhecer que o caminho para avançar em direção a tempos melhores é muito difícil e de uma complexidade monumental, que a emoção das ruas simplificou muito ao acenar com a esperança de que "tudo é possível". Em tese, sim, mas não contávamos com a astúcia de quem é guardião do status quo. Pois, para atender de fato a expectativa que subiu das ruas como quem busca ar puro para respirar, seria necessário, basicamente, abrir mão de poder, de privilégios, de aparências, de autoridade exclusiva, da exploração do Estado para finalidades pessoais e grupais, de decisões unilaterais, de alianças sinistras.

E quem se dispõe a isso? Seguramente não quem detém as rédeas do sistema e dá o sangue para mantê-las nas mãos. Af se entrelaçam e se tornam indistintas ideologias aparentemente opostas e inconciliáveis. O que importa, e as une, é a manutenção do princípio. E o princípio é estabelecer um cordão sanitário entre a população e as decisões, entre os cidadãos e o Estado. A arte suprema é dar a impressão de que eles participam dessas decisões.

O incrível é que essa lógica apoia-se na vontade dos cidadãos que votam e dão suporte a tal status quo político. Por que o fazem? Talvez porque se deixem levar por um cálculo pessoal e imediato de custo/benefício. Uma atração fatal, que enterra tantos sonhos coletivos e utopias. Protestar é importante, mas não forte o suficiente para quebrar uma lógica como essa, feita de uma trama tão complicada de interesses.

Quem não viu o filme *Hanna Arendt* deve

procurar vê-lo. Há ali uma reflexão fundamental, profundamente vinculada ao momento que vivemos. Trata-se do uso da capacidade de pensar autonomamente para questionar o que parece verdade ou inarredável. Esse é o atributo mais empolgante, mais emocionante do ser humano e, não sem razão, aquele que mais nos treinam para não exercer.

Somos acostumados, como ratinhos de Pavlov, a seguir alguém, a nos anularmos no carisma de outrem, a fazer um esforço incrível para continuar a acreditar dogmaticamente nos ídolos, nos porta-vozes, nos iluminados, nos guias, nos líderes. Damos pouco valor ao que temos de mais precioso: pensar, e por meio do pensamento livre, desnudar as fantasias — inclusive as próprias — e usar da faculdade da recusa ao que está estabelecido, seja de que origem for, mesmo o aparentemente de vanguarda.

Cidadania é isso, não é se atrelar a uma corrente e segui-la como meros "istas", como propriedade de alguém, de alguma impossível verdade imutável que tem que ser defendida a despeito dos efeitos que gera ou das distorções que sofre. Veremos como "seguidores", sem submeter nossas convicções à transformação, por meio do pensamento autônomo, degrada até mesmo a força das ideias que nos empolgam. Elas serão reduzidas a uma bandeira rota levada por automáticos idólatras repetidores de discursos prontos, e acabarão como patético fast-food político que não guardará mais nenhuma relação com a energia original que lhes deram vida.



O envelhecer com qualidade

» ELEONORA MENICUCCI

Ministra de Estado chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres — Presidência da República

O Brasil, a partir de 1950, passou por um processo de desenvolvimento econômico marcado pela urbanização e industrialização, que lançou as bases da transição demográfica, com redução da mortalidade tanto neonatal quanto infantil e de adultos, mulheres e homens. Desenhou-se uma elevação da esperança de vida. Em 1950, essa era de 50 anos. Em 2000, subiu para 70 anos. Nas próximas décadas, as taxas de mortalidade devem ficar estáveis, enquanto as de natalidade continuarão caindo.

Essa transição demográfica marca uma mudança na estrutura etária da população, com a redução do peso relativo das crianças e consequente aumento do peso dos adultos e das pessoas idosas.

Ou seja, a população brasileira está envelhecendo — em 1960 havia 3,3 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, que representavam 4,7% da população. Em 2011 a taxa subiu para 12%, com 23,5 milhões (Pnad/IBGE, 2011). Mudança que requer um olhar atento ao processo.

Nesse cenário, as mulheres são a maioria (55,7%), o que caracteriza uma tendência à feminização do envelhecimento. Os números da demografia nacional mostram que o rosto das pessoas idosas é feminino, confirmando o que apontam várias pesquisas: as mulheres vivem mais do que os homens, embora em grande parte com doenças crônicas degenerativas. Esse envelhecimento apresenta desafios em diversos campos, inclusive com índices de incapacidades funcionais relevantes para uma vida saudável.

Preocupada com a questão, a Secretaria

de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) solicitou à pesquisadora da Universidade Federal do Estado de São Paulo (Unifesp) e especialista nesse campo, doutora Guiomar Silva Lopes, elaborar diagnóstico e apontar possíveis políticas para a promoção de um envelhecimento saudável.

As idosas são menos escolarizadas. Isso se reflete na sua inserção no mercado de trabalho com informalização e baixos rendimentos, inclusive quando comparadas com os homens idosos. As condições socioeconômicas têm impacto significativo na morbidade e mortalidade femininas: um grande número de pessoas acima de 60 anos tem doenças hipertensivas, arteriais e diabetes.

O diagnóstico de Guiomar propõe a adoção ou aprimoramento de políticas e ações em várias áreas para garantir o envelhecimento saudável, produtivo e tranquilo. Dentre as possibilidades, sugere a criação de núcleos de pessoas idosas, que permitam valorizar seus saberes, ampliar conhecimentos e a conscientização do processo de envelhecimento.

A especialista chama a atenção para uma das ações desenvolvidas nos programas de extensão de universidades das regiões Sudeste e Sul — a Universidade Aberta da Terceira Idade. O programa propõe uma estratégia para enfrentar os desafios do envelhecimento, articulando o campo disciplinar da gerontologia com educação, ciências sociais, arte e esporte em abordagem interdisciplinar.

Para a SPM/PR, a política para a população idosa com enfoque de gênero é um

desafio para garantir o acesso a direitos e serviços públicos com qualidade para o atendimento respeitoso desse grupo de população. A distribuição de responsabilidades entre família, sociedade e Estado pela promoção dos direitos das pessoas idosas não deve obscurecer o fato de serem as mulheres, no interior das famílias, não raro idosas, as principais responsáveis pelo cuidado de pessoas idosas com algum grau de dependência.

O ciclo vicioso em que as pessoas idosas entram só será rompido com políticas públicas transversais que abram oportunidades de melhoria de vida. Afinal, à medida que as mulheres envelhecem, vão sendo arrancadas do cotidiano "normal", visível e paulatinamente excluídas numa espécie de universo paralelo. Nele, são transformadas em seres desimportantes e maltratados, para os quais são destinadas condições de vida cruéis. Transportes, se já são ruins para a população, são ainda piores para as pessoas idosas.

Faltam atividades sociais, com exceção de alternativas restritas às grandes capitais. Faltam especialistas em gerontologia. Sobram dificuldades que acabam transformando a vida das mulheres, principalmente, numa espécie de pena a ser cumprida pelo crime de terem envelhecido — quando, exatamente por terem passado por tanta coisa na vida, deveriam ser cuidadas e, mais que isso, ouvidas e consideradas. Se o governo vem aprofundando o conhecimento nessa área para traduzi-lo em políticas, à sociedade cabe acordar e perceber que não são pessoas, isoladamente, que envelhecem. Mas a sociedade como um todo.



ARI CUNHA

DESDE 1960

VISTO, LIDO E OUVIDO

aricunha@edabr.com.br
com Circe Cunha // circacunha.d@edabr.com.br

Dimensão política das cidades

Por ocasião das manifestações de rua ocorridas em todo o país, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) divulgou em carta aberta uma agenda com as principais soluções para adequar as metrópoles brasileiras às novas mudanças sociais e políticas exigidas pela população. A entidade considera indispensável que os governos privilegiem o transporte público de alto rendimento, articulado com rede multimodal (ônibus, metrô, trem, barca etc.), melhorando, ao mesmo tempo, o espaço público dos pedestres e implantando ciclovias. O IAB considera que os sistemas de planejamento urbano devam ser tratados como função do Estado. Para tanto, a sugestão trata da criação de um fundo financiador de estudos de mobilidade, submetendo os investimentos públicos aos critérios técnicos do planejamento urbano criterioso. Para o crescimento ordenado das cidades, a entidade propõe que se evite a ampliação da área urbana, contendo o "espraiamento" das localidades. Nesse sentido, o governo deveria pôr um fim à especulação imobiliária provocada pelas grandes construtoras, financiando a casa própria diretamente com as famílias, sem intermediações. A propósito, o IAB ressalta a importância da regularização fundiária das "cidades informais", dos loteamentos e das favelas, obedecendo às regras da sustentabilidade ambiental. Outro ponto, o IAB propõe a criação de um Programa de Universalização do Crédito Imobiliário, sem burocracia, e assistência técnica para aquisição ou melhoria da casa em ambientes livre de riscos geotécnicos. No tocante à transparência e a projetos, a entidade alerta que o aumento nos custos das obras se deve, basicamente, à ausência de um projeto completo, sendo que as obras públicas só devem ser licitadas a partir de projetos completos. Com essa medida simples, evita-se que a mesma empresa projete e construa simultaneamente, num movimento contínuo e interminável e que sempre acaba em novos ajustes de preços. As obras públicas, na avaliação do estudo, deveriam, preferencialmente, se submeter a concursos públicos, com a escolha do melhor projeto. "Cada obra pública precisa ser considerada como um instrumento para qualificar o ambiente urbano", finaliza a carta assinada pela direção nacional da entidade.

»» A frase que não foi pronunciada

"Um abraço vale mais que mil palavras."

Deputada Lucía Carvalho pensando nos poucos amigos que apareceram.

Receita de leis

» Legislando, o Executivo traça a seguinte estratégia. Se houver no Congresso derrubada de vetos dos projetos do governo, o próximo passo adotado pelo Planalto será o STF. Assim, todos legislam. Pelo menos foi o que deixou claro a ex-senadora Ideli Salvatti. As agressões entre poderes armam disputa desagradável. Ocorre que a força do Legislativo é fraca diante de reações atuais.

Melhoria no atendimento

» Crianças alimentadas por sonda terão ambulatório à disposição no Hmib. É uma iniciativa simples, que vai atingir inúmeras famílias que sofrem com esses problemas e precisam de atendimento específico. Acimar da Cunha Junior, coordenador de Cirurgia Pediátrica, explicou que o fluxo foi organizado de tal forma que o Hmib se tornará referência. O atendimento pode ser feito pelo telefone 3445-7704.

Minhocão

» Se há uma iniciativa incontestavelmente positiva é o ônibus articulado que já está sendo testado para a verificação das condições reais do trânsito. Luiz Messina, subsecretário de Políticas de Trânsito, acertou no planejamento, observando a realidade

para implementar o Expresso DF. De três horas de percurso, o objetivo é reduzir para a metade. Santa Maria e Gama serão os primeiros contemplados. A torcida dos usuários é que haja uma linha que chegue ao Plano Piloto às 5h.

Cidadania

» Prêmio Construindo a Nação. São projetos ou ações sociais implantadas em escolas públicas e privadas de todo o país. A iniciativa é do Instituto da Cidadania Brasil. Outra abordagem do prêmio é a valorização dos professores que têm o importante papel de orientar a cidadania dos alunos. Inscrições no portal institutocidadania.org.br ou pelo e-mail construindo@institutocidadania.org.br. Até 7 de setembro.

Mais cidadania

» Ensino médio também participa maciçamente do projeto Jovem Senador: 6º Concurso de Redação do Senado Federal. Os kits já foram distribuídos. O tema é bem atual: "Buscar voz para ter vez: cidadania, democracia e participação". É bonito ver a meninada tomando ciência do poder que tem nas mãos e nos votos. Ainda há tempo de se inscrever. Tudo sobre o concurso pode ser acessado no portal www.senado.leg.br/jovemseador.

»» História de Brasília

Quem não vai gostar da extinção do recesso remunerado são os contínuos da Câmara. Com o período de recesso, eles recebem normalmente, quase sem trabalhar. E no "rush", recebem horas extraordinárias. Há contínuos que este mês ganharão cerca de 150 mil cruzeiros. (Publicado em 25/6/1961)